

RELATÓRIO E CONTAS 17



mse

CORRETORES
E CONSULTORES
DE SEGUROS

Seguramos Consigo

RELATÓRIO E CONTAS

17

mse

CORRETORES
E CONSULTORES
DE SEGUROS

Pág. Índice

05	1. Introdução
06	2. Enquadramento económico
15	3. Análise da Atividade e da Posição Financeira
18	4. Proposta de Aplicação de Resultados
19	5. Expetativas Futuras
	5.1 Evolução previsível da sociedade
27	6. Outras Informações
28	7. Considerações Finais
	NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
30	1. Identificação da entidade
	1.1 Dados de identificação
	2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras
	2.1 Referencial contabilístico utilizado
31	3. Principais políticas contabilísticas
	3.1 Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras
33	4. Fluxos de caixa
	4.1 Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários
	5. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros
	5.1 Resumo dos efeitos das alterações de políticas e estimativas contabilísticas bem como da deteção de erros nos períodos anterior, corrente e futuros.
	6. Partes relacionadas
	6.1 Identificação das partes relacionadas
34	7. Ativos intangíveis
	7.1 Divulgações para cada classe de ativos intangíveis
	7.1.1 Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período.
	8. Ativos fixos tangíveis
	8.1 Divulgações sobre ativos fixos tangíveis
	8.1.1 Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período.
35	9. Locações
	9.1 Locações financeiras - locatários
	9.2 Resumo das locações de acordo com o quadro seguinte, e outras informações
36	10. Impostos e contribuições
	10.1 Divulgação dos seguintes principais componentes de gasto (rendimento) de imposto sobre o rendimento
	10.2 Divulgações relacionadas com outros impostos e contribuições

- 37 **11. Instrumentos financeiros**
 - 11.1 Categorias de ativos e passivos financeiros, perdas por imparidade, rendimentos e gastos associados, conforme quadro seguinte:
 - 11.2 Quantias e descrição de outros instrumentos de capital próprio emitidos e a respetiva quantia acumulada à data do balanço.
- 38 **12. Divulgações exigidas por diplomas legais**
 - 12.1 Pessoal ao Serviço da Empresa e Horas Trabalhadas
 - 12.2 Informação por atividade económica
 - 12.3 Outras Contas a Receber
 - 12.4 Outras Contas a Pagar
 - 12.5 Outros Gastos e Perdas
 - 12.6 Fornecimentos e Serviços Externos
 - 12.7 Benefícios dos Empregados e Encargos da Entidade
- 41 **13. Divulgações adicionais para as entidades de interesse público**
 - 13.1 Honorários totais faturados durante o período por cada revisor oficial de contas ou sociedade de revisores oficiais de contas
 - 13.2 Impostos em Mora
 - 13.3 Proposta de aplicação dos resultados do exercício de 2016
- 42 **14. Prestação do Serviço de Mediação de Seguros ou de Resseguros para efeitos do artigo 4º da Norma Regulamentar nº 15/2009-R, de 30 de dezembro**
 - 14.1 Prestação de Serviços de Mediação de Seguros ou de Resseguros para efeitos do artigo 4º da Norma Regulamentar nº 15/2009-R de 30 de Dez.
- 45 **Balanço (modelo normal) em 31/12/2017**
- 46 **Demonstração dos resultados por Natureza (modelo normal) em 31/12/2017**
- 47 **Certificação Legal das Contas**
- 51 **Relatório e parecer do Fiscal Único**

(Decreto-Lei 144/2006, de 31 de Julho e Norma Regulamentar n.º 17/2006-R do Instituto de Seguros de Portugal). Corretor de seguros desde 27 de Janeiro de 2007 sob o número 607223921/3, verificável em www.isp.pt. O mediador de seguros não assume a cobertura de riscos. A MSE – Corretores e Consultores de Seguros, SA, NIPC 501 158 200, tem a sua sede social na Av. Conde Valbom, 1A, 1050-120 LISBOA, telf.: +351 210 998 406 e com o capital social de €50.000,00.

1. Introdução

A mse - corretores e consultores de seguros, s.a., com sede social em Avenida Conde Valbom, nº 1 A, com um capital social de €230.000,00, tem como actividade principal Outras Actividades Auxiliares de Seguros e Fundos de Pensões. O presente relatório de gestão expressa de forma apropriada a situação financeira e os resultados da actividade exercida no período económico findo em 31 de Dezembro de 2017.

O presente relatório é elaborado nos termos do artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais (CSC) e contém uma exposição fiel e clara da evolução dos negócios, do desempenho e da posição da mse - corretores e consultores de seguros, s.a., procedendo a uma análise equilibrada e global da evolução dos negócios, dos resultados e da sua posição financeira, em conformidade com a dimensão e complexidade da sua actividade, bem como uma descrição dos principais riscos e incertezas com que a mesma se defronta.

2. Enquadramento Económico

De acordo com a generalidade dos analistas, em 2017 registou-se um crescimento económico positivo a nível global, à medida que o ciclo de recuperação económica iniciado em meados de 2016 se continua a reforçar, impulsionado pela recuperação do investimento e do comércio, bem como pelas condições financeiras favoráveis. Estas revisões em alta são mais acentuadas nas economias avançadas, particularmente nos Estados Unidos, mas as perspectivas de crescimento também melhoraram para alguns mercados emergentes, incluindo a China.

No curto prazo, o momento económico robusto, é consistente com a força do comércio e com a confiança das famílias entre a maioria dos mercados emergentes e economias avançadas.

Apesar das melhorias visíveis ao longo do ano transacto, denotam-se alguns riscos que podem reverter a situação actual. Entre eles, a possibilidade de agravamento de tensões geopolíticas a nível internacional, destacando-se a situação no Médio Oriente e na península Coreana.

Numa óptica de risco nacional e europeu, a instabilidade política que se vive na Catalunha, bem como a possibilidade das economias avançadas adoptarem medidas proteccionistas no médio prazo, onde se inclui a hipótese de um impacto mais adverso do processo de saída do Reino Unido da União Europeia, poderão contribuir também para agravar a incerteza política a nível global. Também não se pode excluir o cenário de um ajustamento económico mais acentuado em algumas economias de mercado emergentes com elevado nível de endividamento, com destaque para a China.

Ainda assim, as previsões até 2020 são genericamente positivas, até quando está previsto que a expansão se mantenha sólida e sustentada entre os vários sectores e economias, e uma continuação do crescimento do consumo privado e da recuperação do investimento.

2.1

a nível internacional e europeu

Nos Estados Unidos, a actividade económica continua dinâmica, apoiada por uma série de factores positivos, como sendo as fáceis condições financeiras, o dólar mais fraco, a expansão no sector energético e uma forte procura externa. É expectável que a recente reforma fiscal acordada também sirva como estímulo à economia americana nos próximos anos, dando continuidade ao perfil ascendente verificado.

Na Europa, e de acordo com os dados divulgados pelo Eurostat, tanto na zona euro como na União Europeia, o PIB real cresceu 2,5% durante o ano de 2017, apresentando a taxa mais alta em dez anos, superando assim todas as expectativas. Esse crescimento foi impulsionado pelos fortes contributos da procura interna e, em especial, pelas despesas de investimento fixo. Estas duas

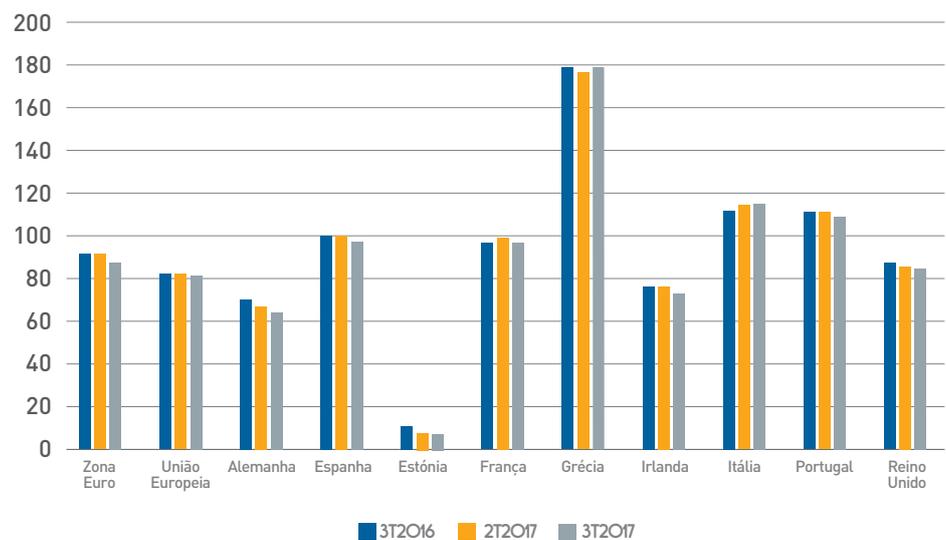
economias cresceram, pelo menos, 0,6% em cinco trimestres consecutivos, dando continuidade à transição de uma recuperação para uma expansão económica.

Em relação ao emprego, os dados relativos ao último mês de dezembro revelam que a taxa de desemprego da zona euro situou-se nos 8,7% e a da União Europeia nos 7,3%, atingindo o nível mais baixo desde janeiro de 2009 e outubro de 2008, respectivamente, sendo que o número de pessoas empregadas atingiu o valor mais alto alguma vez registado. Também se verificou uma diminuição do emprego jovem, de 20,3% em dezembro de 2016 para 17,9% em dezembro de 2017 na zona euro, e de 18,0% para 16,1% na União Europeia. Contudo, o número total de horas trabalhadas permanece em níveis abaixo dos registados antes da crise financeira (cerca de 3%), apesar de continuarem a crescer em linha com a criação de emprego.

Isto reflecte uma mudança na composição do emprego para uma maior participação no emprego a tempo parcial. Ainda assim, as condições do mercado de trabalho melhoraram em todos os Estados Membros.

A dívida pública manteve um perfil descendente durante o ano de 2017, situando-se nos 88,1% para a zona euro e nos 82,5% na União Europeia, no terceiro trimestre de 2017, apresentando, assim, níveis mais baixos do que o período homólogo, resultado de um impulso cíclico mais forte na Europa, onde os mercados de trabalho continuam a melhorar, evidenciando um aumento na actividade económica mais forte do que o esperado.

Dívida Pública em % do PIB (EUROSTAT)



A inflação global, durante o ano de 2017 permaneceu moderada, atingindo os 1,4% em dezembro, ficando acima do valor registado em dezembro de 2016 (1,1%), em muito devido ao impacto do aumento dos preços dos produtos energéticos. Conforme a análise realizada pelo FMI, o aumento dos preços dos produtos energéticos em cerca de 20% entre agosto e dezembro de 2017, para aproximadamente 60 dólares por barril, deveu-se à melhoria das perspectivas de crescimento global, aos eventos climáticos registados nos Estados Unidos, à extensão do acordo OPEC+ para limitar a produção de petróleo, e às tensões geopolíticas no Médio Oriente. Estes valores geraram um aumento na inflação geral das economias avançadas, não tendo, contudo, afectado nem a inflação salarial nem a de preços-base.

Em termos cambiais, e segundo dados da Comissão Europeia, o euro valorizou-se em mais de 2% em termos nominais efectivos desde novembro de 2017, e em 7% contra o dólar americano, evolução explicada pelos factos da economia ter crescido mais do que o expectável e por existir uma baixa incerteza política e uma forte expectativa de normalização das políticas monetárias na Europa. A libra esterlina também foi apreciada em cerca de 4%, uma vez que o Banco de Inglaterra aumentou as suas taxas de juro em novembro. Já o iene foi depreciado em 5%. Assim, tendo por base dados do BCE, a cotação EUR/USD no início de 2017 situava-se nos 1,0465 e no final do mesmo ano subiu para 1,1993, tendo apresentado um perfil ascendente ao longo de todo o ano, contrariando o perfil verificado em 2016, assim como a cotação EUR/CHF (no início do ano encontrava-se nos 1,0711, fechando com 1,1704). Em relação ao iene, verificou-se uma desvalorização nos primeiros meses de 2017, tendo em abril atingido um valor mínimo de 116,01, mas começando a valorizar-se ao longo dos restantes meses, tendo fechado o ano nos 135,01. Quanto à libra esterlina, o perfil não foi linear, tendo sido de 0,8514 no início do ano e de 0,88723 no final, atingido um pico de 0,92328 no final de agosto. Nas economias emergentes, o peso mexicano depreciou-se em 7%, devido às incertezas associadas às negociações em curso do NAFTA, tendo os fluxos de capitais destas economias permanecido resilientes.

Nos mercados de títulos soberanos, as yield de referência da União Europeia aumentaram desde a passagem do ano, apesar de permanecerem em níveis baixos. A maioria dos spreads continuou a diminuir à medida que as perspectivas económicas e fiscais se fortaleceram. Nos Estados Unidos, as yield do Tesouro a 10 anos subiram.

Os preços das acções nas economias avançadas continuam a evoluir de forma positiva, impulsionadas pelo sentimento positivo quanto às perspectivas de lucro e de uma normalização da política monetária num ambiente de fraca inflação e de baixa volatilidade. Desde 2008 que o Banco de Inglaterra não aumentava a sua taxa de juro de referência, tendo-o feito em Novembro de 2017, prevendo uma queda na economia e um aumento da inflação. Também a

Reserva Federal dos Estados Unidos aumentou a taxa de juro de referência pela terceira vez no prazo de um ano. Já o Banco Central Europeu anunciou que manteria as taxas de juro em níveis historicamente baixos e que a partir de janeiro deste ano iria diminuir as suas compras líquidas de activos.

O comércio mundial tem crescido fortemente, suportado por uma recuperação no investimento, principalmente entre os países desenvolvidos, e pelo aumento da produção industrial na Ásia. Também o poder de compra tem aumentado, consistente com a forte confiança dos consumidores, o que aponta para uma demanda final saudável.

2.2

a nível nacional

Segundo o Banco de Portugal, no primeiro semestre de 2017 notou-se uma ligeira subida no crescimento da actividade económica face ao último trimestre de 2016, tendo, contudo, esse crescimento abrandado no segundo semestre, essencialmente devido à desaceleração das exportações, conforme explicado no parágrafo seguinte. Ainda assim, a sua evolução, no conjunto dos três primeiros trimestres, traduziu-se num diferencial positivo de crescimento quando em comparação com a zona euro. Também o crescimento do PIB foi superior ao da zona euro no primeiro semestre de 2017.

Em relação às exportações, registou-se um forte crescimento no primeiro semestre de 2017, especialmente marcado no segundo trimestre, essencialmente devido à evolução do turismo, tendo o seu ritmo abrandado no semestre seguinte, muito devido à componente de bens energéticos, especialmente no terceiro trimestre, onde se registou um abrandamento das exportações do turismo, mas, ainda assim, conseguindo manter um crescimento significativo.

As importações desaceleraram ligeiramente no terceiro trimestre de 2017 face ao primeiro semestre, essencialmente devido à redução significativa da componente energética.

Assim, no que respeita à balança corrente e de capital, registou-se uma ligeira redução do seu excedente (em percentagem do PIB) nos três primeiros trimestres de 2017, face a 2016, reflectindo a redução do excedente da balança de bens e serviços.

Quanto ao nível de emprego, notou-se um crescimento do mesmo e uma recuperação da população activa. Segundo dados do INE, a taxa de desemprego média anual em 2017 situou-se nos 8,9%, tendo-se verificado uma diminuição de 2,2 pontos percentuais em relação a 2016.

Em termos trimestrais, a taxa de desemprego no quarto trimestre de 2017 situou-se nos 8,1%, abaixo do trimestre anterior e do trimestre homólogo. A taxa de desemprego jovem também diminuiu, situando-se nos 23,9% em 2017, menos 4,1 pontos percentuais que em 2016.

A população desempregada continuou a registar uma diminuição, observada desde o segundo trimestre de 2016. A estimativa anual para 2017 é de 462,8 mil pessoas desempregadas, tendo-se verificado uma diminuição de 19,2% em relação ao ano anterior, e de 4.756,6 mil pessoas empregadas, tendo aumentado 3,3% em relação ao período homólogo.

Dívida Pública na Ótica de Maastrich Banco de Portugal



Em relação ao défice orçamental, situou-se nos 0,3% do PIB nos três primeiros trimestres de 2017, quando no período homólogo se encontrava nos 2,8% e no primeiro semestre de 2017 nos 1,9%, sendo que a meta anual do governo era de 1,4%. Do lado da receita, cujo crescimento foi acima do previsto (registou-se um aumento das receitas públicas de 3,8% face ao ano anterior, tendo sido previsto 1,4%), contribuíram os impostos indirectos, com destaque para o IVA e as contribuições sociais, mas também houve um reforço dos impostos directos (IRS e IRC) e um forte aumento da receita de capital. Do lado da despesa, notou-se um aumento de 1,6% face ao ano anterior, superando o previsto (0,5%), em muito devido ao aumento dos gastos com pessoal, justificado pelo aumento do número de efectivos no Sistema Nacional de Saúde (SNS), tendo-se também observado um recuo nos apoios sociais e nos juros, que compensaram o crescimento do investimento e do consumo intermédio. De notar que estes dados não incluem o impacto da recapitalização da CGD, que poderá agravar estes resultados para o ano corrente.

2.3

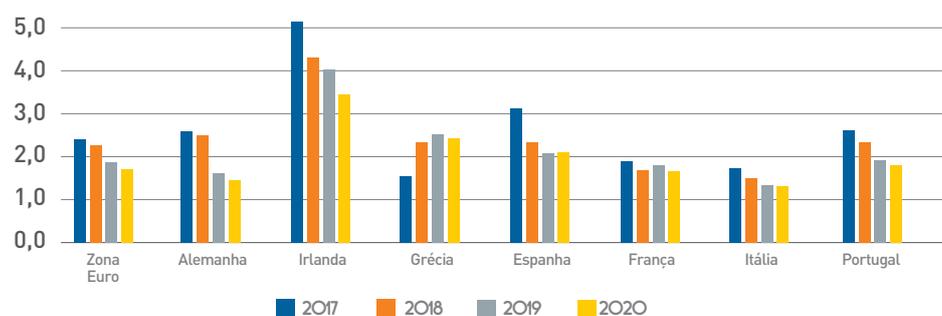
cenário
macroeconómico

As projecções do Fundo Monetário Internacional são de que o crescimento mundial para este ano e o seguinte tenha uma ligeira subida, de 0,2 pontos percentuais, impulsionado pelas recentes alterações à política fiscal dos Estados Unidos, que se espera terem um impacto estimulante na actividade económica mundial até 2020, devido ao expectável aumento do investimento e do consumo privado.

Após um crescimento excepcionalmente forte no primeiro semestre de 2017, as projecções do Banco Central Europeu até 2020 são moderadas, com previsões de um ligeiro crescimento do PIB para 2018, com revisões em alta sobretudo para os Estados Unidos e China, mantendo-se robusto no curto prazo, em consonância com os níveis elevados de confiança das empresas e dos consumidores, ainda que, entre 2019 e 2020 se verifique um ligeiro abrandamento do mesmo, conseqüente dos efeitos de alguns dos factores favoráveis que apoiam este crescimento, se desvanecerem gradualmente durante o período referenciado, tais como a desaceleração da taxa de crescimento da procura externa, bem como o abrandamento do crescimento do emprego, em parte relacionado com a escassez de oferta de mão de obra em alguns países.

Também no curto prazo se prevê um crescimento do comércio mundial robusto, ainda que com uma estabilização no crescimento da actividade económica mundial com valores abaixo dos níveis anteriores à crise, em consonância com o crescimento potencial mais baixo. Em relação às economias avançadas, prevê-se uma expansão robusta, com um abrandamento ao longo deste período, enquanto que nas economias emergentes, as previsões apresentam-se mais dinâmicas, apoiadas por um fortalecimento, ainda que lento, da actividade nos países exportadores de matérias-primas, em particular no Brasil e na Rússia, e pelo crescimento resiliente na Índia e na China. Na Zona Euro, prevê-se que o crescimento real do PIB abrande de forma gradual, passando de 2,4% em 2017 para 1,7% em 2020, esperando também que a inflação medida pelo Índice Harmonizado de Preços no Consumidor (IHPC) estabilize nos próximos trimestres, subindo depois para 1,7% em 2020, sendo que esta inflação é revista ligeiramente em alta no curto prazo, devido aos preços mais elevados do petróleo e dos produtos alimentares.

PIB Real - Projecções Banco Central Europeu



Em termos orçamentais, em relação à zona euro e segundo dados do BCE, as perspectivas são neutras, onde, por um lado, incidem os cortes nos impostos directos e nas contribuições para a segurança social e, por outro, existe um pressuposto de dinamização do investimento público. Assim, projecta-se que os rácios do défice e da dívida públicos exibam uma trajetória descendente, em suma devidos à diminuição dos pagamentos de juros.

Em relação ao consumo privado, também se manterá robusto ao longo do horizonte de projecção, derivado à maior confiança dos consumidores, bem como à melhoria das condições do mercado de trabalho e ao aumento dos salários reais por trabalhador. Devido à melhoria da situação económica e financeira das famílias, à diminuição das taxas de juro e aos cortes nos impostos directos em alguns países, o rácio de poupança das famílias deverá aumentar de forma gradual, contrariando a sua diminuição verificada nos últimos trimestres.

Não obstante, prevê-se uma ligeira desaceleração do crescimento do emprego no curto prazo, maioritariamente devido a uma queda no sector público de alguns países. Apesar da escassez de oferta de mão-de-obra, o crescimento da população activa irá manter-se no longo prazo, reflectido pelos valores líquidos relativos à imigração de trabalhadores, bem como da integração de refugiados. Também a taxa de desemprego continuará a ser positiva, prevendo-se uma descida considerável, atingindo os 7,3% em 2020.

Quanto ao investimento, verifica-se que o crescimento do crédito ao sector privado continua a aumentar, impulsionado pelas taxas de juro baixas e pelas condições de financiamento bancário favoráveis. A menor necessidade de desalavancagem também contribuirá para o dinamismo da despesa privada, enquanto que o investimento empresarial continuará a recuperar, refletindo também um fortalecimento das margens de lucro face a pressões crescentes do lado da procura.

Por fim, as exportações deverão permanecer robustas no curto prazo, beneficiando da expansão em curso da actividade económica mundial e do correspondente crescimento da procura externa da Zona Euro. No longo prazo, prevê-se uma desaceleração, em conformidade com a desaceleração da procura externa. Do outro lado, as importações extra-área do euro deverão beneficiar da evolução positiva da procura interna e de um euro mais forte, embora em menor grau do que as exportações, o que resultará num contributo levemente positivo do comércio líquido para o crescimento económico.

Apesar das expectativas crescentes, prevêem-se alguns riscos no longo prazo, sendo que o Fundo Monetário Internacional aponta para um risco na diminuição do crescimento e confiança, caso a inflação e as taxas de juro dos países desenvolvidos cresçam mais rápido do que o esperado.

As políticas proteccionistas, bem como as tensões geopolíticas que temos vindo a assistir nos últimos tempos, trazem uma incerteza política que se traduz num risco para a economia mundial. Também acordos comerciais como o NAFTA, que se encontra em fases de renegociação, e os acordos económicos entre o Reino Unido e a União Europeia, poderão pesar no investimento global e reduzir a eficiência da produção, uma vez que estas negociações podem resultar num aumento das barreiras comerciais, traduzindo-se num obstáculo para o PIB potencial.

Não esquecendo o risco proveniente dos eventos climatéricos que têm acontecido recorrentemente um pouco por todo o Mundo – furacões no Atlântico, seca na África Subsaariana e na Austrália, por exemplo, que levam a custos humanitários devastadores e a perdas económicas, podendo também conduzir a um fluxo migratório nas regiões afectadas.

2.4

cenário interno

Para o ano de 2018, os principais objectivos anunciados pelo Governo são a recuperação dos rendimentos das famílias, a criação de emprego e o apoio ao investimento das empresas e à inovação. Para tal, o Governo conta progredir para 5,9% o investimento total da economia, bem como atingir um crescimento do emprego de 0,9% durante este ano, bem como uma redução da taxa de desemprego média para os 8,6%, e também uma ligeira diminuição da carga fiscal, no que toca à tributação directa incidente sobre os rendimentos das pessoas singulares. Quanto às empresas, não se prevêem alterações durante o ano corrente.

Segundo projecções do Banco de Portugal, em comparação com o ano findo, o processo de expansão económica manter-se-á inalterado nos próximos anos e a actividade económica continuará com um perfil crescente, apesar de mais moderado, onde a economia portuguesa continuará a beneficiar de um enquadramento externo favorável a longo prazo. Já o Orçamento de Estado para 2018, prevê um crescimento económico de 2,2% e um défice orçamental de 1%, podendo vir a atingir a maior redução da dívida das últimas duas décadas até ao final deste ano, mantendo, assim, o cumprimento dos compromissos internacionais. Até 2020, o Banco de Portugal prevê uma desaceleração do PIB mas, ainda assim, mantendo-se cerca de 4% acima do nível registado antes da crise financeira internacional. As condições monetárias e financeiras também deverão manter-se favoráveis, e a evolução da procura global terá como principal factor dinâmico a FCBF, que em 2020 deverá situar-se 11% abaixo do nível registado em 2008. As exportações manterão um crescimento robusto, devido essencialmente à evolução da procura externa.

Também o consumo privado apresentará um crescimento, apesar de estável, maioritariamente devido à evolução do rendimento disponível real, influenciada por um crescimento moderado dos salários reais e pela continuação da recuperação do mercado de trabalho. No consumo público também se notarão melhorias, devido ao descongelamento gradual das progressões salariais que ocorrerá este ano. Resultando desta evolução e dum crescimento da população activa, a taxa de desemprego manterá a sua trajectória de redução. Ainda assim, prevê-se que o nível de emprego se situe 2% abaixo dos níveis observados antes da crise financeira internacional, bem como o nível de população activa que, apesar de se prever ligeiramente positivo, não irá atingir os níveis observados antes da crise financeira. Com estes factores, projecta-se uma tendência descendente da taxa de emprego, atingindo os 6,1% em 2020.

Apesar do aumento em 2017, a inflação deverá estabilizar-se entre 2018 e 2020 em cerca de 1,5%, e prevê-se que até 2020 as exportações mantenham um crescimento moderado, de 6,5% em 2018 para 4,1% em 2020, trajectória que reflecte a ligeira moderação do crescimento da procura externa e dos ganhos de quota de mercado. O principal factor que beneficiará o aumento das exportações continuará a ser o aumento do turismo, que tem contribuído para o aumento do peso das exportações no PIB desde 2010. Quanto às importações, irão desacelerar progressivamente até 2020, atingindo um crescimento de 4,8% no final do período projectado.

A capacidade de financiamento portuguesa também crescerá até 2020, mantendo-se em cerca de 2,2% do PIB, devido à descida das taxas de juro da dívida pública e aos recebimentos de fundos estruturais da União Europeia.

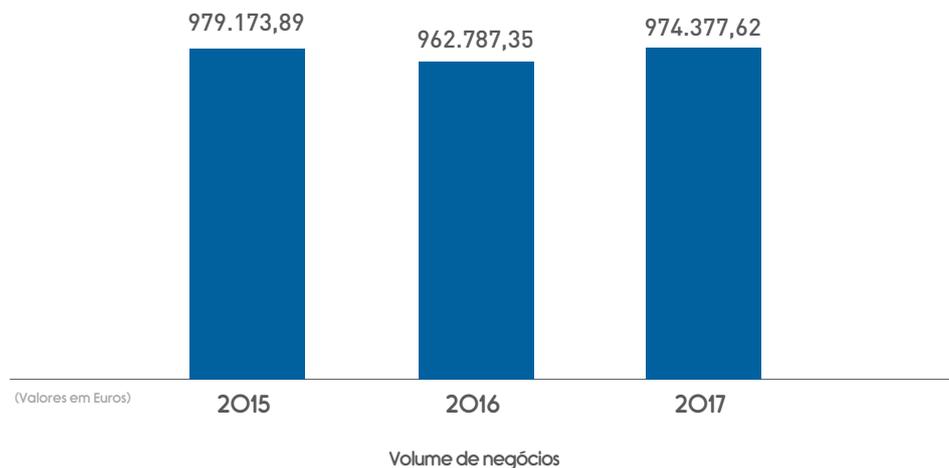
Para finalizar, a crise política na Catalunha constitui o maior risco para a economia portuguesa, atendendo ao peso que Espanha representa nas relações económicas de Portugal. Para além destes riscos, Portugal também terá de enfrentar alguns desafios no longo prazo, como sendo a evolução demográfica, principalmente devido à redução da população em idade activa.

3. Análise da Atividade e da Posição Financeira

no período de 2017 os resultados espelham uma evolução positiva da actividade desenvolvida pela empresa. de facto, o volume de negócios atingiu um valor de €974.377,62, representando uma variação de 1,20% relativamente ao ano anterior.

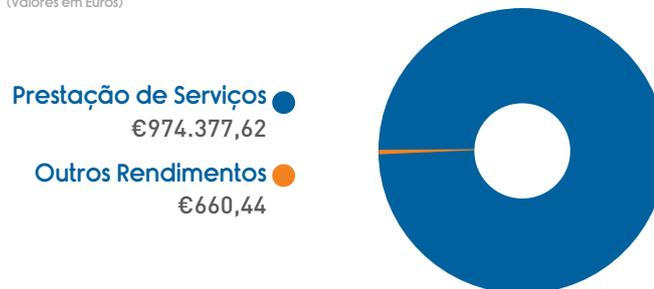
a evolução dos rendimentos, bem como a respectiva estrutura, são apresentadas nos gráficos seguintes:

Evolução Vendas e Prestações de Serviços



Estrutura de Rendimentos

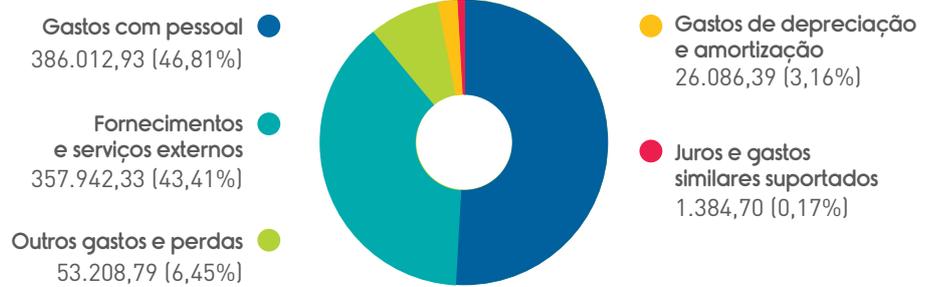
(Valores em Euros)



relativamente aos gastos incorridos no período económico ora findo, apresenta-se de seguida a sua estrutura, bem como o peso relativo de cada uma das naturezas no total dos gastos da entidade:

Estrutura de Gastos 2017

(Valores em Euros)



No que diz respeito ao pessoal, o quadro seguinte apresenta a evolução dos gastos com o pessoal, bem como o respectivo número de efectivos.

Estrutura de Rendimentos

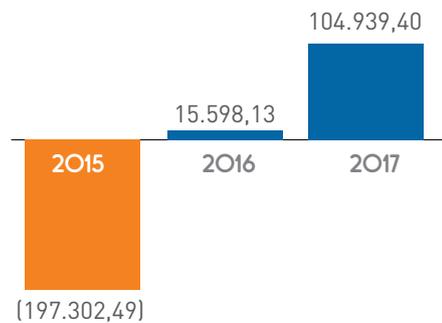
(Valores em Euros)

RUBRICAS	2017	2016	2015
Gastos com Pessoal	386.012,93	480.883,42	605.823,09
N.º Médio de Pessoas	12	17	18
GASTO MÉDIO POR PESSOA	32.167,74	28.287,26	33.656,84

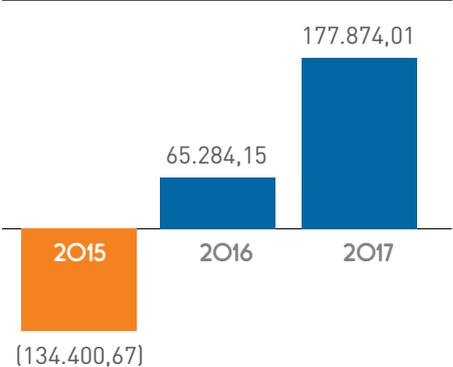
Na sequência do exposto, do ponto de vista económico, a entidade apresentou, comparativamente ao ano anterior os seguintes valores de EBITDA e de Resultado Líquido.

Resultado Líquido

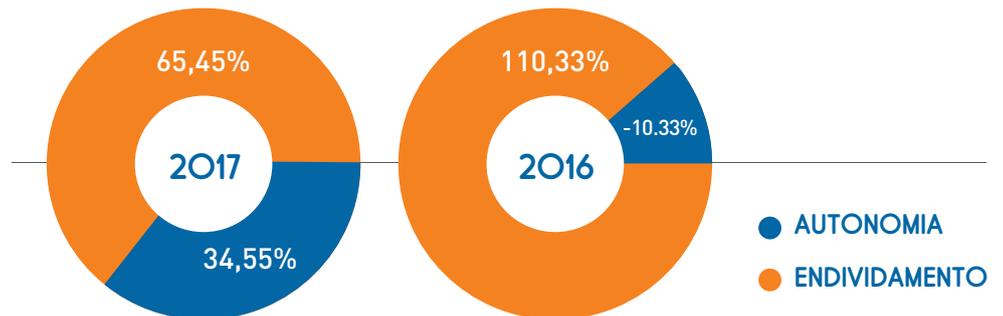
(Valores em Euros)



EBITDA



Em resultado da sua actividade, a posição financeira da entidade apresenta, também comparativamente com o ano anterior, a seguinte evolução ao nível dos principais indicadores de autonomia financeira e endividamento:



De uma forma detalhada, pode-se avaliar a posição financeira da entidade através da análise dos seguintes itens de balanço:

Estrutura do Balanço

RUBRICAS	2017		2016	
	Valor	%	Valor	%
Ativo não corrente	93.347,35	10%	229.544,50	16%
Ativo corrente	818.164,19	90%	1.243.406,78	84%
Total ativo	911.511,54		1.472.951,28	
	2017		2016	
Capital próprio	314.959,70	35%	(152.149,64)	-10%
Passivo não corrente	31.713,16	3%	35.282,23	2%
Passivo corrente	564.838,68	62%	1.589.818,69	108%
Total Capital Próprio e Passivo	911.511,54		1.472.951,28	

(Valores em Euros)

4. Proposta de Aplicação dos Resultados

A mse - corretores e consultores de seguros, s.a. no período económico findo em 31 de dezembro de 2017 realizou um resultado líquido de €104.939,40, propondo a sua aplicação de acordo com o quadro seguinte:

Aplicação dos Resultados	2017
Reservas Legais	5.246,97
Resultados Transitados	99.692,43

(Valores em Euros)

5. mse expetativas futuras

5.1

..... evolução previsível da sociedade

Passados praticamente seis anos do início de actividade da mse - corretores e consultores de seguros s. a., a que correspondem a cinco exercícios completos, será chegado o momento de efectuar uma análise retrospectiva do desenvolvimento da vida da sociedade, tanto no que aos números diz respeito, como à evolução do negócio no sentido mais puro. Do mesmo modo, torna-se indispensável e imperioso estabelecer as novas metas e objectivos que vão cimentar os alicerces da sociedade, bem como permitir o seu desenvolvimento e alargamento aos diferentes nichos do mercado onde já se encontra e outros que pretende atingir no futuro muito próximo.

Tendo iniciado a sua actividade em julho de 2012, na presença de um cenário económico e financeiro débil, fragilizado e instável, o qual afectou de modo negativo a vida do país, tanto ao nível das famílias como das empresas, o lançamento deste projecto, que consideramos arrojado num período extremamente desfavorável da conjuntura nacional e internacional, obrigou à realização de investimentos de valor considerável.

Para a sua implementação, foi necessário proceder a um conjunto de acções de base que se repartem por diversos itens, desde a procura de instalações adequadas em termos de qualidade e localização, benfeitorias realizadas, infra-estruturas de comunicações de voz e dados e os correspondentes equipamentos informáticos e telefónicos fixos e móveis.

De igual modo a aquisição de software credível – indispensável à gestão da nossa actividade, bem como mobiliário e artigos de conforto de base, estacionário, criação da imagem corporativa e institucional da sociedade, criação e construção do web site, viaturas de serviço e outros custos inerentes ao desenvolvimento da actividade da empresa.

Finalmente, embora no topo da pirâmide, os recursos humanos, sendo esta rubrica da maior importância e cuidado quando se tem como ambição oferecer serviços de excelência aos clientes e parceiros de negócio.

Todo este projecto foi devidamente ponderado e analisado, constituindo, como qualquer actividade, um risco, mas um risco sustentado. Aliás, o facto de se contar com o suporte financeiro disponibilizado por alguns dos parceiros de negócio, que acreditaram e confiaram no projecto da mse seguros, foi representativo da credibilidade tanto da estrutura accionista quanto da estratégia definida para a evolução da sociedade.

O resultado do exercício de 2012 de €333.247,81 negativos não foi surpreendente, considerando os montantes de investimento do arranque do projecto e o curto período efectivo de desenvolvimento da sociedade, basicamente 5

meses da segunda metade do exercício, para uma receita regular de €164.119,09.

Foi por isso que, com optimismo e responsabilidade redobrados, foi encerrado o primeiro período da existência da mse seguros e se manteve o foco no desenvolvimento e implementação da estratégia definida para a sociedade.

O exercício de 2013 decorreu ainda sob influência de uma conjuntura pouco favorável. A tão anunciada retoma económica manifestou-se de modo muito ténue e os portugueses não sentiram os seus efeitos no quotidiano. Esta debilidade foi sentida tanto por famílias como por empresas, estando interligados os destinos e os fracos resultados com que todas as entidades se debateram.

No entanto, para a mse seguros, 2013 foi o ano do arranque efectivo da sua actividade empresarial, tendo navegado em contra ciclo económico.

Este foi o ano da criação e lançamento do produto Mais Táxi em colaboração com o parceiro segurador Lusitania Seguros. Este produto, que veio abalar as estruturas de um comodismo instalado no sector segurador relativamente à indústria dos táxis, originou por assim dizer um novo paradigma nesta matéria, tendo conduzido a mse seguros a uma posição de liderança neste segmento de mercado.

Por via do lançamento do produto Mais Táxi, com o propósito de cumprir os objectivos que se propunha alcançar, bem como responder às expectativas criadas aos potenciais clientes, a mse seguros reforçou os investimentos criando instalações dedicadas a este segmento de mercado, que conduziram ao recrutamento de colaboradores devidamente formados neste produto e segmento e ao alargamento do parque informático e tecnológico da empresa.

Obviamente que todos os outros segmentos de mercado que constituíam a carteira não foram descurados. Pelo contrário, o sucesso alcançado com o novo produto, criou uma vontade ainda maior de com competência, rigor e transparência responder às expectativas dos clientes, aportando mais valia e respeitando sempre a confiança depositada na mse seguros.

O ano de 2013 espelhou uma evolução extremamente positiva encerrando o exercício com uns expressivos €708.841,35 de receita, ou seja, um incremento de 331,90% face ao ano anterior. Sendo certo que a base de partida era bastante baixa, não se pode deixar de salientar a importância deste nível de crescimento.

Do mesmo modo, o número de locais de negócio aumentou para 3 (sede, lojas Mais Táxi – Telheiras e Coimbra), tendo sido criados mais 5 novos postos de trabalho.

Com o mesmo entusiasmo e querer característicos da equipa de profissionais da mse seguros a carteira de negócios cresceu, com a angariação de clientes empresariais de vulto, os quais foram imprescindíveis ao desenvolvimento e cimentar da empresa. Estava-se na presença de entidades ligadas a áreas tão diversas como os recursos humanos, transporte rodoviário e ferroviário de passageiros e mercadorias, federações desportivas, ordens profissionais, construção e obras e muitas outras actividades comerciais e industriais.

Perante este cenário e apesar do resultado negativo obtido no exercício de 2012, foi possível encerrar o ano de 2013 com um valor positivo de €51.420,87, o que por si só representou uma conquista para todos os que contribuíram ao longo do ano com trabalho, entusiasmo e profissionalismo.

O exercício de 2014 representou um ano de consolidação a todos os níveis da empresa, seja no incremento dos negócios já evidenciados, na ampliação da carteira ao nível do produto Mais Táxi com a subscrição de milhares de novas apólices e, com isso, a entrada de novos clientes particulares e empresariais dos diversos sectores de actividade.

No decorrer do exercício de 2014, foi criado um novo espaço comercial dedicado ao segmento Mais Táxi, desta feita na cidade do Porto. Do mesmo modo, o quadro de efectivos foi reforçado, tendo sido criados 2 novos postos de trabalho.

Em fecho de exercício, verificou-se um acréscimo de 36% no volume de negócios face ao ano anterior, embora o resultado final tenha sido negativo em €6.107,05. Este resultado menos favorável é, obviamente, o saldo dos novos investimentos e aumento das despesas gerais da empresa impostos pelo desenvolvimento ocorrido ao longo do exercício em análise.

A nível económico e financeiro, 2015 foi o ano da retoma em Portugal. A mse seguros seguindo o rumo da maré favorável definiu os seus parâmetros de actuação de modo a proporcionar a manutenção e a consolidação do seu crescimento, traçando determinados objectivos e patamares de negócios ambiciosos, como sempre fez ao longo dos seus anos de actividade.

No entanto, a aposta na contratação de recursos humanos qualificados para exploração deste novo fôlego no mercado, não gerou o retorno expectável. Para esta situação contribuíram algumas contingências ao nível dos potenciais clientes empresariais ainda receosos com os últimos anos menos favoráveis, que não responderam às propostas de valor alternativas. Face ao investimento que as referidas contratações implicaram e os fracos resultados obtidos, verificou-se um impacto negativo nos resultados finais do exercício. No entanto, o segmento Mais Táxi, manteve o seu crescimento e resultados positivos, adaptando-se e ajustando-se a um equilíbrio técnico indispensável à manutenção da carteira tanto para a mse seguros quanto para o parceiro Lusitania.

Apesar do facto de 2015 ser assumido como um exercício de equilíbrios difíceis e de todos os contratamentos verificados, a mse seguros registou um crescimento de 29,7% em número de apólices e de 13% no número de clientes angariados. Relativamente ao volume de negócios a mse seguros apresentou uma variação positiva aumentando a sua receita em 1,72%. Este resultado espelha o trabalho desenvolvido ao longo do ano na angariação de novos clientes através das diversas vertentes do negócio, nomeadamente uma forte aposta na contratação pública que resultaram na manutenção de contratos já angariados anteriormente e na possibilidade de conquista de novas entidades.

Do mesmo modo, a aposta na parceria com a ARTAI, corretor espanhol, abriu portas à exploração de novas dinâmicas de mercado, numa perspectiva de criação de produtos tailor-made destinados ao mercado de retalho. Infelizmente, esta perspectiva não obteve o resultado esperado e o projecto não se concretizou.

Independentemente de todos os avanços e recuos verificados ao longo do ano, a mse seguros defendeu de modo consistente e interventivo a carteira de clientes, nunca defraudando as expectativas apresentadas àquelas entidades que depositaram a sua confiança nesta empresa para a gestão dos seus programas de seguros.

Finalmente, os constrangimentos atrás referenciados e o acréscimo substancial dos custos ao nível dos recursos humanos face ao ano anterior influenciaram de forma considerável os resultados da mse seguros.

Em conclusão, o ano de 2015, que correspondeu ao terceiro exercício completo da sociedade, habitualmente o momento de uma primeira análise profunda da vida das empresas, apresentou um resultado negativo de €197.302,49.

Consciente da derrapagem verificada face aos objectivos de produção e expectativas goradas em termos de receitas e o aumento significativo da despesa, a Administração decidiu implementar a partir de Janeiro de 2016 um conjunto de medidas rectificativas no sentido de minorar os impactos negativos deste conjunto de circunstâncias. Estas medidas passaram por soluções pouco populares, mas indispensáveis e imprescindíveis à sobrevivência e manutenção da empresa.

E foi com esse espírito e o sentimento de um trabalho bem desenvolvido e capacidade de análise e firmeza de posições que no exercício de 2016, a mse seguros voltou aos resultados positivos, mantendo a tendência de crescimento nos diversos vectores de suporte, nomeadamente um incremento de cerca de 30% no número de apólices e de 14,8% na produção emitida e cobrada.

Por outro lado, foram implementadas as medidas anunciadas no fecho do exercício de 2015, permitindo deste modo alcançar resultados bastante mais consentâneos com os trabalhos desenvolvidos ao longo do ano.

A reestruturação da empresa ao nível dos recursos humanos com uma redução efectiva dos custos associados, concorreu de modo real para aqueles resultados. Deve-se, também, salientar a conclusão de diversos contratos respeitantes aos investimentos iniciais de arranque da sociedade, nomeadamente ao nível da frota automóvel, parque informático e equipamentos de conforto e bem-estar entre outros.

Ao nível da estratégia de desenvolvimento comercial da sociedade, manteve-se a aposta no negócio Mais Táxi com as necessárias medidas de adaptação e sustentação do equilíbrio técnico indispensável, do mesmo modo que se reforçou a actividade comercial no segmento Corporate, affinities e particulares como base de sustentação e ampliação da carteira. Por outro lado, manteve-se, igualmente, o interesse na conquista de novos contratos referentes a entidades públicas tendo retido em carteira os já existentes e angariado outros.

É também de evidenciar o esforço, rigor e eficácia das medidas aplicadas pela Administração, as quais se traduziram nos resultados EBDITA 2016 de €65.284,15 em contraste com o mesmo indicador em 2015 de €134.400,67 negativos.

Do mesmo modo, neste sentido de recuperação e incremento dos resultados operacionais antes de impostos de €35.083,63 contra €172.684,45 negativos de 2015.

Finalmente, o resultado líquido do exercício de €15.598,13, corresponde, igualmente a uma importante e indispensável melhoria face ao ano de 2015.

A Administração convicta da eficácia das medidas aplicadas e da estratégia definida e adaptada às realidades que a mse seguros foi evidenciando a cada momento da sua curta história, decidiu mantê-las no decurso do ano de 2017.

Assim, no que à análise do exercício de 2017 diz respeito, a Administração está plenamente convicta de que o mesmo reflecte o ano mais positivo e com melhores resultados da mse seguros em todos os seus domínios, sendo as rubricas mais evidentes as seguintes:

1. Manutenção dos custos de fornecimentos e serviços externos;
2. Diminuição dos custos com recursos humanos;
3. Melhoria dos índices de produtividade por colaborador;

Fazendo a observação das diferentes vertentes da actividade da sociedade ao longo do ano que agora se analisa, constata-se que a palavra de ordem “resiliência” definida no final do ano transacto foi efectivamente aplicada.

No plano comercial, o negócio Mais Táxi manteve o seu percurso de sustentabilidade, tendo, no entanto registado uma quebra ao nível dos contratos novos e renovações. Esta situação resulta, obviamente, das alterações ocorridas com os novos prémios de risco da proposta mse seguros para este segmento. Por outro lado, manteve-se o foco no segmento Corporate, apresentando sempre novas

soluções e rectificando e adaptando as existentes às novas necessidades dos clientes. Em simultâneo foi incentivada a aquisição de produtos destinados a *affinities*, criando condições especiais e competitivas para empresas e funcionários.

Reforçou-se, igualmente, o interesse da mse seguros nos negócios ligados à contratação pública. Incrementou-se, ainda, o segmento de clientes de retalho ao criar e estabelecer produtos específicos e competitivos destinados às famílias, nomeadamente em produtos de acidentes pessoais, multirriscos habitação, automóvel, saúde, vida e responsabilidade civil.

Estabeleceram-se parcerias com novos seguradores ligados a uma vertente mais actual dos negócios no que diz respeito a produtos de riscos cibernéticos, responsabilidade ambiental e responsabilidade D&O (administradores e directores).

Este processo permitiu não só efectuar venda cruzada com os principais clientes em carteira, como também procurar novas empresas e angariar novos clientes.

Realizando um breve balanço da actividade comercial, conclui-se que se registou um decréscimo de cerca de 14% na receita regular cobrada e de 17% no número de apólices novas, o que ainda assim, face às medidas de reestruturação implementadas, permitiu atingir um resultado de exploração positivo.

Em junho de 2017, devido a questões relacionadas com a renovação do edifício no qual se situava a sede da mse seguros, a empresa foi forçada a mudar de instalações, o que permitiu reduzir custos ao nível da renda mensal, condomínios e estacionamento. Esta situação conduziu a mse seguros a um espaço que permite uma aproximação ao cliente de retalho associando, deste modo, duas vertentes do negócio, ou seja a proximidade ao cliente e o incremento da receita e a redução dos custos já indicados.

Com o objectivo de dar cumprimento ao estabelecido no Código das Sociedades Comerciais transcrito para a regulamentação específica da ASF – Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões, entidade supervisora da actividade de corretagem de seguros, nomeadamente no que ao artigo 35º diz respeito, procedeu-se ao aumento de capital no valor de €180.000,00 com realização em dinheiro e a entrada de um novo sócio.

Assim, com este reforço e graças aos resultados operacionais obtidos neste exercício, a posição da mse seguros nesta matéria fica em consonância com o estabelecido na lei em vigor, respondendo, igualmente, ao definido na regulamentação da ASF.

Não se pode deixar passar a oportunidade de evidenciar o esforço, rigor e eficácia das medidas aplicadas pela Administração, as quais se traduziram nos resultados EBDITA 2017 de €177.874,01 em linha já com o mesmo indicador positivo em 2016 de €65.284,15.

Do mesmo modo, neste sentido de recuperação e incremento dos resultados operacionais antes de impostos de €151.787,62 também em consonância com os €65.110,00 de 2016.

Finalmente, o resultado líquido do exercício de €104.939,40, corresponde, igualmente a uma importante e indispensável melhoria face ano de 2016, o qual espelha já o resultado do esforço das medidas implementadas e que é, sem dúvida, o melhor resultado alcançado pela mse seguros nestes cinco exercícios completos de actividade.

.....
**mse exercício
de 2018:**

Para o exercício de 2018, foram definidos como objectivos prioritários elevar os níveis de qualidade de serviço, reiterando os valores de transparência nos processos, rigor e profissionalismo junto de clientes e parceiros.

Em termos de estratégia comercial, o ano irá arrancar com a exploração e incrementação dos chamados novos negócios já iniciados em 2017, como seja riscos cibernéticos, responsabilidade ambiental e D&O.

Em simultâneo, vão ser desenvolvidas e fomentadas a comercialização de novas soluções dirigidas ao segmento de mercado do retalho, a reestruturação do mercado Mais Táxi com o estabelecimento de novos protocolos com associações profissionais destes industriais.

Do mesmo modo, vão ser estabelecidos novos acordos de comercialização com um parceiro segurador para condições especiais e competitivas direccionadas para uma nova actividade económica. O segmento das marcas de luxo também terá por parte da empresa um enfoque prioritário, chegando a este nicho com propostas de valor e abordagens diferenciadoras.

De igual modo, a aposta nos novos negócios, por assim dizer, constitui um dos objectivos a atingir através do desenho e implementação de soluções direccionadas para o alojamento local, seja a nível directo seja a nível de plataformas electrónicas de reservas.

Simultaneamente, porque o leque de opções de produtos e resposta ao cliente são indispensáveis para o incremento do negócio a nível interno e cimentar da actividade no mercado, a mse seguros está a desenvolver contactos com diferentes organizações ligadas à hotelaria, seja para unidades já existentes e com operações instaladas, seja para aquelas que estão em fase de finalização de obra e de arranque das operações hoteleiras propriamente ditas.

Ao nível de corporate, estamos em fase de negociação com diversas entidades no sentido de angariar novos potenciais clientes em áreas de vital importância do nosso tecido económico. Ainda na área de corporate, a mse seguros pretende alargar o âmbito da venda cruzada no seguimento de acções comerciais encetadas ainda em 2017 junto dos clientes, nomeadamente, na área de seguros de saúde, vida, automóvel, multirriscos habitação, acidentes pessoais, responsabilidade civil, acidentes trabalho empregada doméstica, animais de

estimação entre outros, delineando soluções específicas e competitivas para os seus colaboradores (affinities) e respectivos agregados familiares.

A aposta numa reestruturação do site tornando-o mais dinâmico, apelativo e friendly user direccionado para o cliente particular ou empresa é outro dos objectivos a alcançar até meados do ano.

Ao nível interno, a mse seguros pretende elevar os níveis de confiança dos colaboradores entre si, junto de parceiros de negócio e, sobretudo, junto dos clientes. A formação e correspondente partilha de conhecimentos são chaves indispensáveis de uma estrutura empresarial que se pretende robusta e capaz de alcançar objectivos cada vez mais ambiciosos e abrangentes.

Em conjunto, a equipa da mse seguros irá ser capaz de ultrapassar adversidades e abraçar os desafios que os clientes apresentem, unindo o seu saber, know how e experiência, ao mesmo tempo que a evolução positiva da qualidade de serviço e profissionalismo constitui uma ferramenta inequívoca na retenção da actual carteira e a angariação de novos clientes.

Atitude, profissionalismo, ambição, responsabilização e vontade de alcançar mais e melhor constituem os parâmetros que lideram o espírito da equipa da mse seguros face aos objectivos e estratégia definidos para o próximo ano e, naturalmente, subsequentes.

É convicção desta Administração que o exercício de 2018 irá ser um ano de consolidação de resultados e incremento do posicionamento da mse seguros no mercado, bem como irá permitir lançar novos desafios aos accionistas, parceiros e colaboradores sempre no sentido de defender cada vez mais e melhor os interesses dos nossos clientes, que são, afinal, a razão da nossa existência enquanto corretores de seguros.

A Administração da mse seguros reitera o seu compromisso de diariamente conduzir a sociedade com o máximo rigor comercial e financeiro, aportando valor aos accionistas e competitividade aos seus clientes. Cumpre finalmente deixar uma palavra de agradecimento aos nossos clientes e seguradores por um lado, e aos nossos accionistas, parceiros e colaboradores por outro, pois sem a sua confiança, compromisso, profissionalismo e rigor, não teria sido viável alcançar os objectivos que nos propusemos e que estão espelhados no encerramento do ano de 2017.

6. Outras informações

A mse - corretores e consultores de seguros, s.a. não dispõe de quaisquer sucursais quer no território nacional, quer no estrangeiro.

Durante o período económico não ocorreu qualquer aquisição ou alienação de quotas próprias. Aliás a entidade não é detentora de quotas ou acções próprias.

Após o termo do exercício não ocorreram factos relevantes que afectem a situação económica e financeira expressa pelas Demonstrações Financeiras no termo do período económico de 2017.

Não foram realizados negócios entre a sociedade e os seus administradores. Não lhes foram concedidos quaisquer empréstimos nem adiantamentos por conta de lucros.

A entidade não está exposta a riscos financeiros que possam provocar efeitos materialmente relevantes na sua posição financeira e na continuidade das suas operações. As decisões tomadas pelo órgão de gestão assentaram em regras de prudência, pelo que entende que as obrigações assumidas não são geradoras de riscos que não possam ser regularmente suportados pela entidade.

Não existem dívidas em mora perante o sector público estatal.

Também não existem dívidas em mora perante a segurança social.

7. Considerações finais

Expressamos os nossos agradecimentos a todos os que manifestaram confiança e preferência, em particular aos clientes, seguradores e fornecedores, porque a eles se deve muito do crescimento e desenvolvimento das nossas actividades, bem como a razão de ser do nosso negócio.

Aos nossos colaboradores deixamos uma mensagem de apreço pelo seu profissionalismo e empenho, os quais foram e continuarão a sê-lo no futuro elementos fundamentais para a sustentabilidade da mse - corretores e consultores de seguros, S.A.

Lisboa, 14 de maio de 2018

RELATÓRIO E CONTAS

17

Notas
às demonstrações financeiras

mse

CORRETORES
E CONSULTORES
DE SEGUROS

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

1. Identificação da entidade

1.1 Dados de identificação

mse - corretores e consultores de seguros, s.a.

Sede social: Av. Conde de Valbom, n.º1 A

Natureza da atividade:

Outras Atividades Auxiliares de Seguros e Fundos de Pensões

2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

2.1 Referencial contabilístico utilizado

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com todas as normas que integram o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), as quais contemplam as Bases para a Apresentação de Demonstrações Financeiras, os Modelos de Demonstrações Financeiras, o Código de Contas e as Normas Contabilísticas de Relato Financeiro (NCRF). Mais especificamente foram utilizadas as Normas contabilísticas e de relato financeiro (NCRF).

Na preparação das demonstrações financeiras tomou-se como base os seguintes pressupostos:

- Pressuposto da continuidade

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações e a partir dos livros e registos contabilísticos da entidade, os quais são mantidos de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

- Regime da periodização económica (acrécimo)

A Entidade reconhece os rendimentos e ganhos à medida que são gerados, independentemente do momento do seu recebimento ou pagamento. As quantias de rendimentos atribuíveis ao período e ainda não recebidos ou liquidados são reconhecidas em “Devedores por acréscimos de rendimento”; por sua vez, as quantias de gastos atribuíveis ao período e ainda não pagos ou liquidados são reconhecidas “Credores por acréscimos de gastos”.

- Materialidade e agregação

As linhas de itens que não sejam materialmente relevantes são agregadas a outros itens das demonstrações financeiras. A Entidade não definiu qualquer critério de materialidade para efeito de apresentação das demonstrações financeiras.

- Compensação

Os activos e os passivos, os rendimentos e os gastos foram relatados separadamente nos respectivos itens de balanço e da demonstração dos resultados, pelo que nenhum activo foi compensado por qualquer passivo nem nenhum gasto por qualquer rendimento, ambos vice-versa.

- Comparabilidade

As políticas contabilísticas e os critérios de mensuração adoptados a 31 de dezembro de 2017 são comparáveis com os utilizados na preparação das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016.

3. Principais políticas contabilísticas

3.1 Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras

As principais bases de reconhecimento e mensuração utilizadas foram as seguintes:

- Eventos subsequentes

Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam nessa data são reflectidos nas demonstrações financeiras. Caso existam eventos materialmente relevantes após a data do balanço, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

- Moeda de apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em euro, constituindo esta a funcional e de apresentação.

- Activos fixos tangíveis

Os activos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas, após o início de utilização dos bens, pelo método da linha recta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada classe de activos. Não foram apuradas depreciações por componentes.

As despesas com reparação e manutenção destes activos são consideradas como gasto no período em que ocorrem. As beneficiações relativamente às quais se estima que gerem benefícios económicos adicionais futuros são capitalizadas no item de activos fixos tangíveis.

Os activos fixos tangíveis em curso representam bens ainda em fase de construção/instalação, são integrados no item de “activos fixos tangíveis” e mensurados ao custo de aquisição. Estes bens não foram depreciados enquanto tal, por não se encontrarem em estado de uso.

- Imposto sobre o rendimento

A Empresa encontra-se sujeita a Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC) à taxa de 17% sobre a matéria colectável até 15.000 euros, e à taxa de 21% na parte que exceda aquela quantia. Ao valor de colecta de IRC assim apurado, acresce ainda derrama, e tributações autónomas sobre os encargos e às taxas previstas no artigo 88º do Código do IRC.

- Caixa e depósitos bancários

Este item rubrica inclui caixa, depósitos à ordem em bancos e outros depósitos bancários. Os descobertos bancários são incluídos na rubrica “Financiamentos obtidos”, expresso no “passivo corrente”.

- Fornecedores e outras contas a pagar

As contas a pagar a fornecedores e outros credores, que não vencem juros, são registadas pelo seu valor nominal, que é substancialmente equivalente ao seu justo valor.

- Locações

Os contratos de locação são classificados ou como locações financeiras se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do activo sob locação ou, caso contrário, como locações operacionais.

Os activos tangíveis adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são contabilizados de acordo com a NCRF 9 - Locações, reconhecendo o activo fixo tangível, as depreciações acumuladas correspondentes, conforme definido nas políticas anteriormente referidas para este tipo de activo, e as dívidas pendentes de liquidação, de acordo com o plano financeiro do contrato. Adicionalmente, os juros incluídos no valor das rendas e as depreciações do activo fixo tangível são reconhecidos como gasto na demonstração dos resultados do exercício a que respeitam.

Nas locações consideradas como operacionais, as rendas devidas são reconhecidas como gasto na demonstração dos resultados durante o período do contrato de locação e de acordo com as obrigações a este inerentes.

4. Fluxos de caixa

4.1 Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários:

Foram considerados em Depósitos Bancários só os saldos devedores.

DESCRIÇÃO	SALDO INICIAL	DÉBITOS	CRÉDITOS	SALDO FINAL
Caixa	656,05	8.746,12	6.166,44	3.235,73
Depósitos à ordem	154.681,36	2.336.534,92	2.403.151,87	88.064,41
Outros depósitos bancários				
TOTAL	155.337,41	2.345.281,04	2.409.319,31	91.300,14

(Valores em Euros)

5. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

5.1 Resumo dos efeitos das alterações de políticas e estimativas contabilísticas bem como da deteção de erros nos períodos anterior, corrente e futuros.

- Não houve critérios de valorimetria que pudessem de algum modo afectar o resultado do ponto de vista fiscal.
- As amortizações não foram superiores às adequadas.
- O pagamento dos impostos sobre lucros é efectuado com base em declarações de autoliquidação que ficam sujeitas a inspecção e eventual ajustamento pelas autoridades fiscais durante um período de quatro anos contados a partir do ano a que respeitam efectivamente.

6. Partes relacionadas

6.1 Identificação das partes relacionadas

A mse - corretores e consultores de seguros, s.a. é participada pela Sociedade JONUVI - Participações e Consultoria, S.A., NIF: 510274803, com sede na Avenida da República, n.º6 - 7ºEsq, em Lisboa e também é participada pela MSE Imobiliária S. A., NIF 502864605, com sede na Av. Conde de Valbom, n.º1 A, em Lisboa.

Os saldos existentes à data do encerramento do presente exercício com as entidades relacionadas é o seguinte:

Jonuvi - Valor a receber no montante de €40.484,14;

MSE Imobiliária - Valor a receber no montante de €8.534,75.

7. Ativos intangíveis

7.1 Divulgações para cada classe de ativos intangíveis

7.1.1 Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período, conforme quadro seguinte:

Os activos intangíveis na empresa dizem respeito a aquisição de software.

DESCRIÇÃO	TRESPASSE	PROJETOS EM DESENV.	PROG. DE COMPUTADOR	PROP. INDUSTRIAL	OUTR. ATIVOS INTANGÍVEIS	ATIVOS INT. EM CURSO	ADIANAM. AT. INTANGÍVEIS	TOTAL
TOTAIS ATIVOS INTANGÍVEIS								
Valor bruto total no fim do período			4.914,28					4.914,28
Amortizações acumuladas totais no fim do período			4.914,28					4.914,28
VIDA ÚTIL INDEFINIDA								
Saldo no início do período								
Valor líquido no fim do período								
VIDA ÚTIL DEFINIDA								
Valor bruto no início			4.914,28					4.914,28
Amortizações acumuladas			4.517,82					4.517,82
Saldo no início do período			396,46					396,46
Variações do período			(396,46)					(396,46)
Total de aumentos								
Amortizações do período			396,46					396,46
Total diminuições			396,46					396,46
SALDO NO FINAL DO PERÍODO								

(Valores em Euros)

8. Ativos fixos tangíveis

8.1 Divulgações sobre ativos fixos tangíveis

8.1.1 Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período, conforme quadro seguinte:

No presente exercício a Sociedade regularizou a verba de Ativos Fixos Tangíveis no montante de €140.000,00, em virtude da decisão desfavorável ao processo judicial pendente em 2016.

DESCRIÇÃO	TERRENOS E REC. NATURAIS	EDIFÍCIOS E OUTRAS CONST.	EQUIP. BÁSICO	EQUIP. TRANSP	EQUIP. ADMINIST.	EQUIP. BIO.	OUTROS AFT	AFT EM CURSO	ADIANT. AFT	TOTAL
Valor bruto no início			55.547,70	154.809,26	12.429,88		3.185,70	140.000,00		365.972,54
Depreciações acumuladas			24.969,09	99.139,74	12.429,68		1.672,49			138.211,00
Saldo no início do período			30.578,61	55.669,52	0,20		1.513,21	140.000,00		277.761,54
Variações do período		27.030,94	(5.554,77)	(19.351,16)	(0,20)		2.564,24	(140.000,00)		(135.310,95)
Total de aumentos		27.303,98					3.075,00			30.378,98
Aquisições em primeira mão		27.303,98					3.075,00			30.378,98
Total diminuições		273,04	5.554,77	19.351,16	0,20		510,76			25.689,93
Depreciações do período		273,04	5.554,77	19.351,16	0,20		510,76			25.689,93
Outras transferências								(140.000,00)		(140.000,00)
Saldo no fim do período		27.030,94	25.023,84	36.318,36			4.077,45			92.450,59
Valor bruto no fim do período		27.303,96	55.547,70	154.809,26	12.429,88		6.260,70			256.351,52
Depreciações acumuladas no fim do período		273,04	30.523,86	118.490,90	12.429,88		2.183,25			163.900,93

(Valores em Euros)

9. Locações

9.1 Locações financeiras – locatários

Em 31 de dezembro de 2017, a empresa utilizava os seguintes tipos de bens adquiridos em locação financeira:

Nº CONTRATO	LOCADORA	BEM LOCADO	VALOR	OPÇÃO DE COMPRA E OUTROS DETALHES
421442	BMW Bank	Viatura BMW	19.000,01	
84O1O57991	Peugeot Finance	Viatura Peugeot	30.224,74	
84O1O58001	Peugeot Finance	Viatura Peugeot	17.084,52	
1O3112	Mercedes-Benz	Viatura Mercedes	31.500,00	

(Valores em Euros)

9.2 Resumo das locações de acordo com o quadro seguinte e outras informações

DESCRIÇÃO	ATIVOS INTANGÍVEIS	ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS	PROPRIEDADES DE INVESTIM.	TOTAL	LOCAÇÕES OPER.
Valor Bruto		176.809,30		176.809,30	
Depreciações/Amortizações acumuladas		141.993,55		141.993,55	
Saldo no fim do período		34.815,75		34.815,75	
Total dos futuros pagamentos mínimos		34.815,75		34.815,75	
Até um ano		11.000,00		5.160,00	
De um a cinco anos		23.815,75		29.655,75	
Mais de cinco anos					
Valor atual do total dos futuros pag. mínimos					
Até um ano					
De um a cinco anos					
Mais de cinco anos					

(Valores em Euros)

10. Impostos e contribuições

10.1 Divulgação dos seguintes principais componentes de gasto (rendimento) de imposto sobre o rendimento:

DESCRIÇÃO	VALOR PERÍODO	VALOR PERÍODO ANTERIOR
Resultado antes de impostos do período	150.402,92	35.038,63
Imposto corrente	45.463,52	19.440,50
Imposto diferido		
Imposto sobre o rendimento do período	45.463,52	19.440,50
Tributações autónomas	13.633,56	12.857,40
Taxa efetiva de imposto	30,22	55,48

(Valores em Euros)

10.2 Divulgações relacionadas com outros impostos e contribuições

DESCRIÇÃO	SALDO DEVEDOR	SALDO CREDOR	SALDO DEVEDOR PERÍODO ANTERIOR	SALDO CREDOR PERÍODO ANTERIOR
Impostos		37.913,94		17.716,16
Pagamentos por conta				
Pagamentos normais				
Pagamentos especiais				
Imposto estimado		45.463,52		19.440,50
Retenção de imposto sobre rendimentos		13.275,93		9.987,11
Contribuições para a Seg. Social		8.345,10		8.127,10
TOTAL		59.534,97		36.030,37

(Valores em Euros)

11. Instrumentos financeiros

11.1 Categorias de ativos e passivos financeiros, perdas por imparidade, rendimentos e gastos associados, conforme quadro seguinte:

DESCRIÇÃO	MENSURADOS AO JUSTO VALOR	MENSURADOS AO CUSTO AMORTIZADO	MENSURADOS AO CUSTO	IMPARIDADE ACUMULADA	RECONHECI- MENTO INICIAL
Ativos financeiros:			716.593,70		
Outras contas a receber			716.593,70		
Passivos financeiros:			537.016,87		
Fornecedores			36.674,85		
Financiamentos obtidos			58.778,31		
Outras contas a pagar			441.563,71		
Ganhos e perdas líquidos:					
Rendimentos e gastos de juros:			[1.384,70]		
De passivos financeiros			[1.384,70]		

(Valores em Euros)

11.2 Quantias e descrição de outros instrumentos de capital próprio emitidos e a respetiva quantia acumulada à data do balanço.

No exercício de 2013 foi deliberado proceder a Prestações Suplementares de Capital no valor de €160.000,00, de forma a dar cumprimento ao Art.º 35 do Código das Sociedades Comerciais.

O capital próprio da sociedade à data de 31.12.2016 ascendia ao valor negativo de €152.149,64, não dando cumprimento ao estipulado no artº 35º do CSC. Esta desconformidade (do capital próprio não poder ser inferior a menos de metade do capital social no valor de €50.000,00) foi corrigida, conforme deliberado pela Administração através da entrada de um novo acionista e a realização de um aumento de capital de €180.000,00, operação a formalizar na Assembleia Geral de aprovação de contas do ano de 2016.

11.3 Variações nos Capitais Próprios

No presente exercício a Sociedade procedeu a correcções das contas das Seguradoras tendo como base as contas efetivas apresentadas pelas mesmas, originando na contabilidade uma Variação Patrimonial positiva no montante de €322.164,94, assim como procedeu também à correcção do valor existente Ativo Fixo Tangível em Curso no montante de 140 mil euros, para o qual tinha tentado uma ação judicial que entretanto foi decidida desfavoravelmente à Sociedade, representando esta correcção uma Variação Patrimonial negativa.

As correcções identificadas tiveram por contrapartida a rubrica de Resultados Transitados, visto terem sido consideradas como um erro, tal como definido na NCRF 4.

Como resultado destas correcções, o Total do Capital próprio variou positivamente no montante de €182.164,94.

12. Divulgações exigidas por diplomas legais

12.1 Informação por atividade económica

DESCRIÇÃO	ACTIVIDADE CAE ¹	TOTAL
Vendas		
Prestações de serviços	974.377,62	974.377,62
Fornecimentos e serviços externos	357.942,33	357.942,33
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas		
Número médio de pessoas ao serviço	12	12
Gastos com o pessoal	386.012,93	386.012,93
Remunerações	304.104,80	304.104,80
Outros gastos	81.908,13	81.908,13
Ativos fixos tangíveis		
Valor líquido final	92.450,59	92.450,59
Total das aquisições	30.378,98	30.378,98
(das quais edifícios e outras construções)	27.303,98	27.303,98
Propriedades de investimento		

12.2 Outras Contas a Receber

NOME	VALOR PERÍODO	VALOR PERÍODO ANTERIOR	NOME	VALOR PERÍODO	VALOR PERÍODO ANTERIOR
JM	303.520,05	261.258,13	Chartis	1.663,24	1.467,16
NM	3.388,22	3.388,22	Liberty	1.801,91	4.525,35
Jonuvi	40.484,14	37.944,14	Metlife	2.660,41	1.620,30
AP	23.763,19	23.763,19	T-Vida	4.598,37	2.170,43
CS	18.306,51	18.306,51	Grumesse	3.082,62	3.082,62
MF	1.110,88	573,96	Obra - Cais 24	37.515,70	37.515,70
LV	8.830,50	8.830,50	JBM/AXA/LUSITANIA	76.275,91	76.275,91
ES	2.000,00	2.000,00	Accionistas Jonuvi	50.000,00	50.000,00
MSE IMO	8.534,75	12.260,75	Senhas Refeição	0,00	180,90
MC	1.332,83	1.332,83	Remunerações a Pagar	18.411,00	16.866,01
CF	27.600,00	27.600,00	Chamartin	744,30	744,30
Obras Porto	1.393,38	1.393,38	AGEAS	7.120,93	167.864,81
MC	5.439,76	3.113,31	ZH Vida	50,36	25,18
GP	830,00	830,00	Generali Vida	0,00	3.680,35
Fidelidade	13.240,05	208.356,10	Real Vida	82,39	207,67
Açoreana	14.283,02	10.954,85	EC	442,40	442,40
Victória	0,00	37.027,21	IB	801,14	0,00
Lloyd's	5.749,03	5.749,03	Regularizações diversas	1.893,17	0,00
Generali	0,00	4.729,64	Tranquilidade	5.303,37	0,00
Macif	296,53	1.987,45	BestD.	1.023,43	0,00
Allianz	17.281,88	32.977,51	Ecomunicação	1.537,50	0,00
AGA	454,40	454,40	Look Urbano	2.103,00	0,00
Saude Prime	1.228,24	1.228,24			

(Valores em Euros)

12.3 Outras Contas a Pagar

NOME	VALOR PERÍODO	VALOR PERÍODO ANTERIOR
Remunerações a Pagar	55.333,04	55.078,70
Electricidade	0,00	532,64
FCT	0,00	127,73
Sindicatos	82,70	63,85
Zurich	5.725,41	45.565,05
Império Bonança	137.983,34	567.453,73
Lusitania	195.323,42	434.307,28
Tranquilidade	0,00	233,97
Mapfre	4.449,67	272,82
Ocidental	0,00	61.421,60
UnlimitedCare	579,23	419,33
Recibos	9.742,33	272.580,11
AIG	617,68	0,01
Chartis	397,16	1.276,08
SF	2.000,00	0,00
Generali	18.495,35	0,00
BestD.	1.023,43	0,00
Franquias	3,87	0,00

(Valores em Euros)

12.4 Outros Gastos e Perdas

NOME	2017	2016
Impostos	15.615,66	19.179,09
Gastos e Perdas em Investimentos não Financeiros		7.696,65
Correções Relativas a Exercícios Anteriores	21.200,21	68.343,80
Outros Não especificados	16.392,92	15.132,93

(Valores em Euros)

12.5 Pessoal ao Serviço da Empresa e Horas Trabalhadas

DESCRIÇÃO	Nº médio de pessoas	Nº de horas trabalhadas	Nº médio de pessoas período ant.	Nº horas trabalhadas período ant.
Pessoas ao Serviço da Empresa	12	18.641,00	17	27.013,00
Pessoas remuneradas	12	18.641,00	17	27.013,00
Pessoas não remuneradas				
Pessoas ao Serv. da Empr. p/tipo horário	12	18.641,00	17	27.013,00
Pessoas a tempo completo	12	18.641,00	17	27.013,00
(dos quais pessoas remuneradas)	12	18.641,00	17	27.013,00
Pessoas a tempo parcial				
(dos quais pessoas remuneradas)				
Pessoas ao Serv. da Empresa p/sexo	12	18.641,00	17	27.013,00
Masculino	4	6.300,00	5	7.945,00
Feminino	8	12.341,00	12	19.068,00
Pessoas ao Serv. da Emp. afetas a I&D				
Prestação de serviços				
Pessoas colocadas p/agência de trabalho temporário				

12.6 Benefícios dos Empregados e Encargos da Entidade

DESCRIÇÃO	VALOR PERÍODO	VALOR PERÍODO ANTERIOR
Gastos com o pessoal	386.012,93	480.883,42
Remunerações dos órgãos sociais	74.000,00	49.000,00
Remunerações do pessoal	230.104,80	333.519,13
Indemnizações	5.285,89	4.107,96
Encargos sobre as remunerações	71.435,66	89.917,83
Seguros de acidentes no trabalho e doença profissional	2.876,64	2.881,36
Outros gastos com o pessoal	2.309,94	1.457,14

(Valores em Euros)

12.7 Fornecimentos e Serviços Externos

DESCRIÇÃO	VALOR PERÍODO	VALOR PERÍODO ANTERIOR
Serviços especializados	118.883,93	88.079,58
Trabalhos especializados	27.419,89	41.809,65
Publicidade e propaganda	7.975,50	1.627,57
Vigilância e segurança	1.973,80	1.496,84
Honorários	66.676,13	32.417,25
Conservação e reparação	8.851,24	1.964,76
Outros	5.987,37	8.763,51
Materiais	17.254,18	18.763,36
Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	1.085,61	540,43
Livros e documentação técnica	497,00	297,05
Material de escritório	9.793,17	11.175,56
Artigos para oferta	5.878,40	6.750,32
Energias e fluídos	19.149,72	18.796,22
Eletricidade	8.934,99	8.482,15
Combustíveis	8.308,17	8.632,04
Água	1.906,56	1.682,03
Deslocações, estadas e transportes	34.084,39	23.264,36
Deslocações e estadas	30.191,29	21.148,50
Transportes de pessoal	3.330,13	1.580,56
Transportes de mercadoria	562,97	535,30
Serviços diversos	168.570,11	176.513,00
Rendas e alugueres	89.370,80	91.697,62
Comunicação	31.783,92	34.134,26
Seguros	23.247,10	19.583,71
Contencioso e notariado	7.028,79	1.644,00
Despesas de representação	8.653,76	15.802,00
Limpeza, higiene e conforto	5.739,42	3.380,94
Outros serviços	2.746,32	10.270,47
TOTAL	357.942,33	325.416,52

(Valores em Euros)

13. Divulgações adicionais para as entidades de interesse público

13.1 Honorários totais faturados durante o período por cada revisor oficial de contas ou sociedade de revisores oficiais de contas

Os Honorários do Revisor Oficial de Contas RSM & Associados, SROC. Lda., relativos ao exercício de 2017 foram de €1.230,00.

13.2 Impostos em Mora

A Entidade apresenta a sua situação regularizada perante as Finanças e a Segurança Social, tendo liquidado as suas obrigações fiscais nos prazos legalmente estipulados.

13.3 Proposta de aplicação dos resultados do exercício de 2017

Os resultados de 2017, deverão ser aplicados em Reservas Legais €5.246,97 e em Resultados Transitados a diferença, ou seja €99.692,43, por forma a dar cumprimento à estratégia definida pela Administração relativa ao cumprimento do Art.º 35º do Código das Sociedades Comerciais.

Aplicação dos Resultados Transitados de €104.939,40 irá servir de base à consolidação da sociedade, através da sua utilização na implementação dos processos em desenvolvimento no sentido de cimentar as bases de sustentação que permitem a evolução da actividade da mse seguros.

14. Prestação do Serviço de Mediação de Seguros ou de Resseguros

Efeitos do artigo 4º da Norma Regulamentar nº 15/2009-R, de 30 de Dez.

14.1 Prestação de Serviços de Mediação de Seguros ou de Resseguros para efeitos do artigo 4º da Norma Regulamentar nº 15/2009-R de 30 de Dez.

a) Políticas Contabilísticas adoptadas para reconhecimento das remunerações

A mse - corretores e consultores de seguros, s.a., reconhece a remuneração de acordo com as normas em vigor, sendo que, em particular e por regra, embora admita excepções no exercício da actividade de mediação de seguros, reconhece contabilisticamente o rendimento, aquando da prestação de contas às empresas de seguros.

b) Total das remunerações recebidas desagregadas por natureza e tipo:

REMUNERAÇÕES POR NATUREZA	31-12-17	31-12-16
Numerário	974.378	962.787
Espécie	0	0
TOTAL:	974.378	962.787

REMUNERAÇÕES POR TIPO	31-12-17	31-12-16
Comissões	974.378	962.787
Honorários	0	0
Outras Remunerações	0	0
TOTAL:	974.378	962.787

(Valores em Euros)

c) Total das remunerações relativas aos contratos de seguro desagregados por Ramo "Vida" e "Não Vida", e por origem:

A desagregação foi a seguinte:

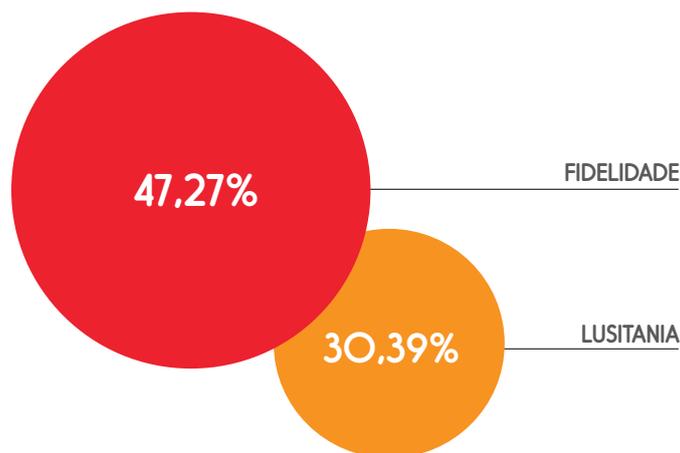
REMUNERAÇÕES POR RAMO	31-12-17	31-12-16
Não Vida	961.511	957.436
Vida	1.277	5.351
TOTAL:	974.378	962.787

REMUNERAÇÕES POR ORIGEM	31-12-17	31-12-16
Empresas de Seguros	974.378	962.787
Outros Mediadores	0	0
Clientes	0	0
TOTAL:	974.378	962.787

(Valores em Euros)

d) Níveis de concentração, iguais ou superiores a 25%, das remunerações auferidas pela carteira:

O total de remunerações, iguais ou superiores a 25%, apenas se verificou relativamente às seguintes empresas de seguros:



e) Contas a receber e a pagar desagregada por origem:

SALDO CONTABILÍSTICO EXISTENTE NO FINAL DO EXERCÍCIO POR ENTIDADE (ORIGEM)	31-12-17		31-12-16	
	CONTAS A RECEBER	CONTAS A PAGAR	CONTAS A RECEBER	CONTAS A PAGAR
Tomadores de Seguro, Segurados ou Beneficiários				
Empresas de seguros	77.252,75	384.147,97	485.025,68	1.383.529,88
Empresas de resseguros				
Outros	639.340,95	57.415,74	595.722,76	63,85
TOTAL	716.593,70	441.563,71	1.072.728,44	1.439.332,90

(Valores em Euros)

f) Valores agregados incluídos nas contas a receber e a pagar:

SALDO CONTABILÍSTICO EXISTENTE NO FINAL DO EXERCÍCIO POR ENTIDADE (ORIGEM)	31-12-17		31-12-16	
	CONTAS A RECEBER	CONTAS A PAGAR	CONTAS A RECEBER	CONTAS A PAGAR
Por natureza				
TOTAL	716.593,70	441.563,71	1.072.728,44	1.439.332,90

(Valores em Euros)

	31-12-17		31-12-16	
	CONTAS A RECEBER	CONTAS A PAGAR	CONTAS A RECEBER	CONTAS A PAGAR
Fundos recebidos com vista a serem transferidos para as empresas de(res)seguros para pagamento de prémios de (res)seguro.	-	-	-	-
Fundos em cobrança com vista a serem transferidos para as empresas de (res)seguros para pagamento de prémios de (res)seguro.	-	-	-	-
Fundos que lhe foram confiados pelas empresas de (res) seguros com vista a serem transferidos para tomadores de seguro, segurados ou beneficiários (ou empresas de seguros) no caso da actividade de mediação de resseguros.	-	-	-	-
Fundos em cobrança às empresas de seguros que respeitam a prémios de resseguro já transferidos pelas empresas de resseguro.	-	-	-	-
Remunerações respeitantes a prémios de seguros já cobrados e por cobrar.	77.252,75	384.147,97	485.025,68	1.383.529,88
Outras quantias	639.340,95	57.415,74	595.722,76	63,85

(Valores em Euros)

g) Garantias colaterais detidas a título de caução e outros aumentos de crédito:

Sem aplicação durante este exercício.

h) Transmissões de carteiras de seguros:

Neste exercício não se efectuou nenhuma transmissão de carteira.

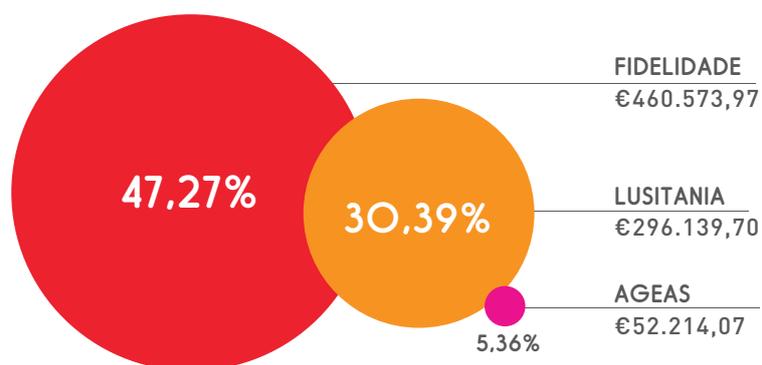
i) Contratos cessados com empresas e indemnizações de clientela

Sem aplicação durante este exercício:

j) Natureza de obrigações materiais, incluindo passivos contingentes

Sem aplicação durante este exercício:

k) Empresas de seguros cujas remunerações pagas ao corretor de seguros representem, cada uma pelo menos 5% do total das remunerações:



l) Outras quantias com indicação da sua natureza

Não existem outras quantias a mencionar:

Balço (modelo normal) em 31/12/2017

RUBRICAS	NOTAS	2017	2016
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos e tangíveis	8	92.450,59	227.761,54
Ativos intangíveis	7		396,46
Outros investimentos financeiros		896,76	1.386,50
		93.347,35	229.544,50
Ativo corrente			
Outros créditos a receber	12	716.593,70	1.072.728,44
Diferimentos		10.270,35	15.340,93
Caixa e depósitos bancários	4	91.300,14	155.337,41
		818.164,19	1.243.406,78
TOTAL DO ATIVO		911.511,54	1.472.951,28
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital próprio			
Capital subscrito		230.000,00	50.000,00
Outros instrumentos capital próprio	12	160.000,00	160.000,00
Reservas legais		14.682,41	14.682,41
Outras reservas		5.354,98	5.354,98
Resultados transitados	11	(203.344,52)	(401.112,59)
Excedentes de reavaliação		3.327,43	3.327,43
		104.939,40	15.598,13
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO		314.959,70	(152.149,64)
Passivo			
Passivo não corrente			
Financiamentos obtidos	9;12	31.713,16	35.282,23
		31.713,16	35.282,23
Passivo corrente			
Fornecedores	12	36.674,85	38.698,01
Estado e outros entes públicos	10	59.534,97	36.030,37
Financiamentos obtidos	9	27.065,15	75.757,41
Outras dívidas a pagar	12	441.563,71	1.439.332,90
		564.838,68	1.589.818,69
TOTAL DO PASSIVO		596.551,84	1.625.100,92
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E DO PASSIVO		911.511,54	1.472.951,28

(Valores em Euros)

Demonstração dos resultados por Natureza (modelo normal) em 31/12/2017

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	2017	2016
Vendas e serviços prestados	14	974.377,62	962.787,35
Fornecimentos e serviços externos	12	(357.942,33)	(325.416,42)
Gastos com o pessoal	13	(386.012,93)	(480.883,42)
Outros rendimentos		660,44	19.149,24
Outros gastos	12	(53.208,79)	(110.352,50)
Resultados antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		177.874,01	65.284,15
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	7,8	(26.086,39)	(27.174,15)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		151.787,62	38.110,00
Juros e gastos similares suportados		(1.384,70)	(3.071,37)
Resultado antes de impostos		150.402,92	35.038,63
Imposto sobre o rendimento do período	10	(45.463,52)	(19.440,50)
Resultado líquido do período		104.939,40	15.598,13

(Valores em Euros)

RSM & Associados – Sroc, Lda

Av. do Brasil, 15-1º 1749-112 Lisboa (Sede)

T: +351 21 3553 550 F: +351 21 3561 952 E: geral.lisboa@rsmpt.pt

Rua da Saudade, 132-3º 4150-682 Porto

T: +351 22 2074 350 F: +351 22 2081 477 E: geral.porto@rsmpt.pt

www.rsmpt.pt

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas de MSE – Corretores e Consultores de Seguros, S.A. (a Entidade), que compreendem o balanço em 31 de Dezembro de 2017 (que evidencia um total de 911.512 euros e um total de capital próprio de 314.960 euros, incluindo um resultado líquido de 104.939 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira de MSE – Corretores e Consultores de Seguros, S.A. em 31 de Dezembro de 2017 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização;

THE POWER OF BEING UNDERSTOOD
AUDIT | TAX | CONSULTING



- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;



- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

Lisboa, 14 de Maio de 2018

A handwritten signature in blue ink, consisting of stylized initials that appear to be "JP" or similar.

RSM & ASSOCIADOS - SROC, LDA
representada por Joaquim Patrício da Silva (ROC n.º 320)

MSE – Corretores e Consultores de Seguros, S.A.

RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

Exercício de 2017

Senhores Accionistas,

No exercício das competências que nos são cometidas pelo artigo 420º do Código das Sociedades Comerciais, acompanhámos a actividade da MSE – Corretores e Consultores de Seguros, S.A., durante o exercício de dois mil e dezassete, tendo procedido às verificações que tivemos por necessárias e obtido da Administração e dos Serviços todos os esclarecimentos solicitados.

Apreciámos o Relatório de Gestão, as contas do exercício e emitimos a Certificação Legal das Contas, que aqui se dá por reproduzida.

Para o Fiscal Único merece ser destacado o seguinte:

- A manutenção do Volume de Negócios, face ao exercício anterior;
- A regularização ocorrida em termos de Capitais Pópios no montante de 182 mil euros, desagregada num aumento de 322.170 euros por conferência das contas correntes das Seguradoras e numa diminuição de 140 mil euros, relativa a correção de um Erro, relativo a Ativo Fixo Tangível em Curso, proveniente de exercícios anteriores e relativamente ao qual existiu decisão desfavorável do processo em tribunal;
- O cash-flow gerado no exercício, de 131 mil euros;

Tudo considerado, somos de parecer que a Assembleia - Geral anual:

- a) Aprove o Relatório de Gestão e as contas do exercício de 2017, apresentados pela Administração;
- b) Aprove a proposta de aplicação de resultados, contida no Relatório de Gestão apresentado pela Administração;
- c) Proceda à apreciação geral da administração e fiscalização da sociedade e dela tire as conclusões referidas no artigo 455º do Código das Sociedades Comerciais.

Lisboa, 14 de Maio de 2018

O Fiscal Único



Joaquim Patrício da Silva

(ROC nº 320)

em representação de

RSM & ASSOCIADOS – SROC, Lda.

Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, nº 21

mse-seguros.pt

Av. Conde Valbom, n.º1 A
1050-066 Lisboa
+351 210 998 406
administrativo@mse-seguros.pt